

RESOLUÇÃO CONTRA ACORDO FINANCEIRO DE DEZEMBRO APROVADO POR 541 VOTOS NO PE

Estrasburgo força renegociação das Perspectivas Financeiras

Depois do chumbo ao acordo financeiro 2007-2013, alcançado em Dezembro pelos Vinte e Cinco, o Parlamento Europeu exige uma injeção financeira suplementar em rubricas comunitárias e a negociação de reservas que aumentem a flexibilidade do orçamento plurinual da UE.

Gisa Martinho

O Parlamento Europeu (PE) adoptou de novo uma posição de força face às outras instituições comunitárias. Desta vez a vítima não foi só a Comissão, que viu a sua directiva de liberalização dos portos ser chumbada na Eurocâmara, mas também e no mesmo dia o Conselho Europeu. A resolução do eurodeputado alemão Reimer Böge, que rejeita o acordo financeiro alcançado em Dezembro pelo Conselho, passou por uma larga maioria entre os 732 eurodeputados da câmara: 541 votos a favor, 56 contra e 76 abstenções.

O PE sente-se sobretudo incomodado por o Conselho ter feito tábua rasa da sua proposta orçamental de 975 mil milhões de euros para o período 2007-13. A dotação acordada entre os Vinte e Cinco em Dezembro ascende a 862 mil milhões, um valor 11,5% inferior ao proposto pela Eurocâmara. Além do factor número, os eurodeputados querem um reforço ou reafectação das verbas que desenvolvam o eixo das chamadas políticas comuns da União Europeia (UE). As prioridades que constam nas rubricas "Estratégia de Lisboa" (1a), "Justiça e Assuntos Internos" (3) e "Política Externa" (4) são vistas como "as mais prejudiciais" para a família socialista na Eurocâmara. Numa resolução de Junho, o PE exigia por exemplo um aumento de 200 milhões de euros para concretizar os objectivos da agenda de política social, mais 670 milhões de euros para a formação ao longo da vida, um acréscimo entre 811 milhões e mil milhões de euros para o Programa Juventude em Acção e um reforço entre 360 milhões e 500 milhões para a Cultura. Por outro lado, os eurodeputados dos médios e pequenos países da UE desconfiam do mérito dos programas de inovação e ciência, que na gíria parlamentar são denominados de "Fundo de Coesão dos ricos". Os critérios por detrás destes programas canalizam a maior fatia dos fundos da ciência para os países mais competitivos da UE, que por sinal são também os mais ricos.

Outro ponto de negociação são as reservas, que imprimem um nível de flexibilidade ao orçamento, sempre que os tectos anuais de cada rubrica não são atingidos. O PE tem uma proposta de reservas na ordem dos 24,2 mil milhões de euros, ou seja, cerca de 0,03% do RNB. E a criação de duas novas re-



Os eurodeputados rejeitam o acordo financeiro na sua "actual forma".

PROPOSTA DE ESTRASBURGO VS ACORDO DO CONSELHO

	PE	Conselho	%
Crescimento sustentável	446930	379739	-15,0
1a) Competitividade	110600	72120	-34,82
1b) Coesão	336330	307619	-8,51
Protecção e gestão de recursos naturais	392306	371244	-5,4
Pagamentos directos	293105	293105	0
Cidadania, liberdade, segurança e justiça	16054	10270	-36,0
A UE enquanto parceiro mundial	63985	50010	-21,8
Administração	54765	50300	-8,2
Compensações	800	800	0
Total	974840	862363	-11,5
em % do RNB	1,182	1,045	

Milhões de euros a preços de 2004

FLEXIBILIDADE

Reservas	mil milhões de €
Competitividade	7,0
Coesão	3,0
Ajuda de emergência	1,5
Fundo de solidariedade	6,2
Garantias e empréstimos	3,0
Flexibilidade	3,5

Fonte: Parlamento Europeu 24,2 ou 0,03% do RNB

servas, competitividade e coesão, no valor de dez mil milhões. O Conselho só prevê uma reserva de ajuda de emergência de 1,547 mil

conseguiu elevar a despesa em 1,5 mil milhões de euros. Numa altura em que a Europa atravessa uma crise política com o impasse constitucional, a lógica de confronto do PE reabre o longo dossier das Perspectivas Financeiras e faz regressar a imagem de uma crise financeira. Os próximos meses vão ser de intensas negociações entre a Comissão, Conselho e Parlamento e já estão agendadas as reuniões trilaterais em 23 de Janeiro, 20 de Fevereiro e 13 de Março. Os analistas esperam um acordo interinstitucional em Abril e poucos acreditam que o PE está disposto a ir mais longe que a aprovação da resolução Böge.

No caso do pior cenário se verificar existem duas possibilidades orçamentais para além de 2007: em primeiro lugar, o actual quadro financeiro é alargado, com um limite orçamental de 1,07% do RNB em 2007 que decresce até menos de 1% em 2013. Neste caso, algumas dotações, como as destinadas à pré-adesão, seriam difíceis de aceder. Em segundo lugar, opta-se pela adopção de um orçamento anual, onde o Conselho tem a última palavra nas despesas compulsórias (agricultura) e o Parlamento nas despesas não-compulsórias (justiça e assuntos internos), com um tecto orçamental de 1,08% do RNB durante o período de sete anos.

Sensibilidades lusas

Entre os eurodeputados portugueses, 14 votaram a favor da resolução Böge – sete do PSD, cinco do PS e dois do PCP – e sete abstiveram-se (cinco do PS e dois do CDS). Nenhum votou contra. Para a próxima fase de negociações, numa vertente mais nacional, a eurodeputada socialista Jamila Madeira destaca a questão da região algarvia. O Algarve está entre as quatro das 19 regiões sob "efeito estatístico" que não tem uma "compensação por ser pouco povoada face ao resto do país", frisa Jamila Madeira. Se as regiões afectadas pelo "efeito estatístico" zonas que ficam de fora dos fundos estruturais por terem enriquecido artificialmente depois do alargamento – representarem pelo menos um terço da população total das regiões Objectivo 1, o Conselho prevê uma saída gradual dos fundos até 2013. Não é o caso do Algarve que passará por um período de transição menos suave. A eurodeputada indica que se existe uma compensação, esta deve ser para todas as regiões e não só para aquelas que tem um maior "poder político". ||

milhões de euros, mais uma reserva de garantias e empréstimos de valor não divulgado. No último quadro financeiro 2000-2006, o montante de reservas ascendeu a 1,4 mil milhões de euros.

O acordo financeiro de Dezembro tem uma margem estreita, na ordem dos mil milhões de euros, para a próxima renegociação financeira, um valor muito longe dos 4 mil milhões exigidos pelo PE. Durante o debate das anteriores Perspectivas Financeiras, a Eurocâmara

ID: 12654282	Semanário Económico	Tiragem: 19667	Página: 36
Data: 20-01-2006		Pais: Portugal	Cores: Preto e Branco
		Âmbito: Económico	Área: 5,64X3,35 cm2
		Perid.: Semanal	Corte: 2 de 3



PE trava quadro financeiro 2007-13

A maioria dos eurodeputados votou contra o acordo financeiro, alcançado pelo Conselho Europeu na Cimeira de Dezembro. **pág. 39**

ID: 12654282	Semanário Económico	Tiragem: 19667	Página: 1	-
Data: 20-01-2006		Pais: Portugal	Cores: Preto e Branco	
		Âmbito: Económico	Área: 6,13X2,87 cm2	
		Perid.: Semanal	Corte: 3 de 3	



39 EUROPA

Estrasburgo força renegociações das Perspectivas Financeiras